

CONTABILIDADE FINANCEIRA E GERENCIAL

Portal
IDEA
.com.br



Fundamentos da Contabilidade

Conceitos Básicos de Contabilidade

A contabilidade é uma ciência social aplicada que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. Sua origem remonta à antiguidade, mas foi com o método das partidas dobradas, desenvolvido por Luca Pacioli no século XV, que a contabilidade ganhou os contornos técnicos e científicos que sustentam sua aplicação moderna. Atualmente, ela desempenha um papel crucial na gestão de organizações públicas, privadas e do terceiro setor, fornecendo informações úteis para a tomada de decisões econômicas e financeiras.

Definição de Contabilidade

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a contabilidade é o sistema de informação que mensura, processa e comunica eventos econômicos de uma entidade para interessados internos e externos. Sua função é reconhecer, mensurar, registrar e evidenciar os atos e fatos administrativos que impactam o patrimônio da entidade.

A contabilidade também pode ser vista como uma linguagem dos negócios, pois traduz a realidade econômica de uma organização por meio de relatórios contábeis, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE), entre outros. Essa linguagem permite que gestores, investidores, credores, órgãos reguladores e outros stakeholders possam entender e avaliar o desempenho e a situação financeira da entidade.

Objetivos e Importância na Gestão Empresarial

O objetivo principal da contabilidade é fornecer informações úteis para a tomada de decisão. As demonstrações contábeis devem ser relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis, contribuindo assim para uma melhor alocação de recursos por parte dos usuários da informação contábil.

Na gestão empresarial, a contabilidade exerce um papel estratégico ao permitir:

- O acompanhamento do desempenho econômico da empresa ao longo do tempo;
- A análise de custos, receitas e lucros;
- A verificação da situação financeira por meio da estrutura patrimonial;
- A prestação de contas a sócios, acionistas, governo e sociedade;
- A base para decisões de investimento, financiamento e operação.

Sem a contabilidade, seria praticamente impossível gerenciar uma organização de forma eficiente e transparente, principalmente diante das exigências legais, fiscais e mercadológicas atuais. Além disso, o controle interno, o planejamento tributário e a avaliação de riscos também se fundamentam em dados e análises contábeis.

Princípios Contábeis Fundamentais

A contabilidade é regida por um conjunto de princípios e normas que visam garantir a uniformidade, consistência e confiabilidade da informação. No Brasil, os princípios contábeis foram definidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, posteriormente, integrados às normas internacionais por meio da harmonização contábil promovida pelo CPC.

Os principais princípios contábeis são:

1. Princípio da Entidade:

Estabelece que o patrimônio da entidade deve ser tratado separadamente do patrimônio dos seus sócios, proprietários ou administradores. Isso significa que os registros contábeis devem se referir exclusivamente aos fatos que afetam o patrimônio da entidade, sem misturar com bens ou obrigações pessoais dos seus responsáveis legais.

2. Princípio da Continuidade:

Presume-se que a entidade continuará operando no futuro, salvo evidências contrárias. Essa premissa é fundamental para a mensuração de ativos e passivos e para o reconhecimento de receitas e despesas de forma adequada, respeitando os ciclos operacionais da organização.

3. Princípio da Competência:

Determina que as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Esse princípio assegura que a contabilidade reflita a realidade econômica e não apenas os fluxos de caixa, sendo essencial para a apuração correta do resultado do exercício.

4. Princípio da Oportunidade:

Impõe o registro imediato de todos os fatos contábeis relevantes, assegurando que as informações contábeis sejam tempestivas. Isso permite a tomada de decisões em tempo hábil e a fidelidade das demonstrações contábeis.

5. Princípio do Registro pelo Valor Original:

Os ativos e passivos devem ser registrados pelos valores originais das transações, ou seja, pelo valor de troca na data da sua ocorrência. Ainda que existam ajustes posteriores, como depreciações e reavaliações, o valor original serve como base para controle e comparação histórica.

6. Princípio da Prudência:

Orienta que, diante de incertezas, a contabilidade deve adotar uma postura conservadora, reconhecendo perdas prováveis e evitando antecipar ganhos incertos. Esse princípio evita a superavaliação de ativos ou resultados e assegura maior segurança nas análises.

7. Princípio da Atualização Monetária:

Embora atualmente absorvido pelas normas técnicas específicas, este princípio trata da necessidade de atualização dos valores registrados quando ocorre perda significativa do poder aquisitivo da moeda. Em períodos de inflação elevada, ele garante que os dados contábeis reflitam valores mais realistas.

Esses princípios não apenas norteiam os registros contábeis, mas também fundamentam o julgamento profissional do contador diante de situações complexas, onde o tratamento técnico deve ser alinhado com a ética e a transparência.

Considerações Finais

Compreender os conceitos básicos da contabilidade é essencial não apenas para contadores, mas também para gestores, empreendedores e qualquer profissional envolvido na tomada de decisões econômicas. A contabilidade oferece um conjunto estruturado de informações que traduzem a realidade das organizações, apoiando o controle, o planejamento e a avaliação de desempenho.

À medida que o ambiente de negócios se torna mais complexo, a capacidade de interpretar demonstrações contábeis e compreender os princípios subjacentes se torna um diferencial competitivo. Por isso, dominar os fundamentos da contabilidade é um passo indispensável para uma gestão eficaz e estratégica.

Referências Bibliográficas

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Introdutória*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Introdutória*. São Paulo: Atlas, 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Disponível em: www.cpc.org.br
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Princípios Fundamentais de Contabilidade*. Resolução CFC n.º 750/93 e atualizações.

Portal
IDEA
.com.br

PATRIMÔNIO E EQUAÇÃO CONTÁBIL

O entendimento do patrimônio e da equação contábil é fundamental para a compreensão do funcionamento da contabilidade, pois constitui a base sobre a qual se assentam os registros e as análises contábeis. Ao identificar e classificar os elementos patrimoniais, a contabilidade organiza as informações econômicas da entidade de forma lógica e padronizada, permitindo o acompanhamento e a gestão eficaz dos recursos.

Conceito de Patrimônio

O patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade, considerado em determinado momento. Representa, portanto, a posição financeira de uma organização e serve como ponto de partida para a elaboração das demonstrações contábeis. Pode ser analisado quantitativamente (valores) e qualitativamente (composição e natureza dos elementos).

O patrimônio divide-se em duas partes principais: **o ativo** e **o passivo**. A diferença entre o ativo e o passivo representa o **patrimônio líquido**, que corresponde à parte dos recursos da entidade que pertence aos seus proprietários.

Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

Ativo:

É o conjunto de bens e direitos controlados pela entidade e capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Os ativos são classificados, segundo sua liquidez, em **ativos circulantes** (dinheiro em caixa, contas a receber, estoques) e **ativos não circulantes** (imobilizado, investimentos, ativos intangíveis).

Passivo:

É o conjunto das obrigações presentes da entidade, provenientes de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos. Assim como os ativos, os passivos são classificados de acordo com seu vencimento: **passivos circulantes** (dívidas a pagar no curto prazo) e **passivos não circulantes** (obrigações de longo prazo).

Patrimônio

Líquido:

Representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. É, portanto, a parte do patrimônio que efetivamente pertence aos sócios ou acionistas. Inclui elementos como capital social, reservas, lucros ou prejuízos acumulados, ajustes de avaliação patrimonial, entre outros.

Equação Patrimonial Básica

A equação patrimonial é a expressão matemática da composição do patrimônio de uma entidade. De forma simplificada, pode ser representada assim:

$$\textbf{Ativo} = \textbf{Passivo} + \textbf{Patrimônio Líquido}$$

Essa equação reflete o equilíbrio contábil: os recursos (ativos) utilizados pela empresa são financiados por terceiros (passivo) e pelos próprios proprietários (patrimônio líquido). Qualquer variação em um dos elementos da equação impactará outro(s) elemento(s), de modo a manter o equilíbrio.

Essa equação também pode ser rearranjada para destacar o patrimônio líquido:

$$\textbf{Patrimônio Líquido} = \textbf{Ativo} - \textbf{Passivo}$$

O entendimento dessa fórmula permite ao usuário da informação contábil compreender a situação financeira da entidade em determinado momento e tomar decisões mais fundamentadas.

Exemplos Práticos e Análise de Variações Patrimoniais

Exemplo 1: Constituição de empresa com capital próprio

Um empresário inicia uma empresa com R\$ 100.000 em dinheiro depositado no banco.

- Ativo: R\$ 100.000 (Banco)
- Passivo: R\$ 0
- Patrimônio Líquido: R\$ 100.000 (Capital Social)

Equação: $\text{R\$ 100.000 (Ativo)} = \text{R\$ 0 (Passivo)} + \text{R\$ 100.000 (PL)}$

Exemplo 2: Compra de veículo à vista

A empresa compra um veículo por R\$ 40.000, pago com o dinheiro em caixa.

- Ativo: $\text{R\$ 60.000 (Banco)} + \text{R\$ 40.000 (Veículo)} = \text{R\$ 100.000}$
- Passivo: R\$ 0
- Patrimônio Líquido: R\$ 100.000

O total do ativo permanece o mesmo, mas há uma troca na sua composição.

Exemplo 3: Compra de mercadorias a prazo

A empresa adquire R\$ 20.000 em mercadorias, com pagamento em 30 dias.

- Ativo: $\text{R\$ 100.000} + \text{R\$ 20.000 (Estoque)} = \text{R\$ 120.000}$
- Passivo: R\$ 20.000 (Fornecedores)
- Patrimônio Líquido: R\$ 100.000

Equação: $\text{R\$ 120.000} = \text{R\$ 20.000} + \text{R\$ 100.000}$

Exemplo 4: Venda de mercadorias com lucro

A empresa vende as mercadorias por R\$ 30.000, recebendo à vista. O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 20.000.

- Ativo: entra R\$ 30.000 (caixa), sai R\$ 20.000 (estoque) → saldo líquido: +R\$ 10.000
- Passivo: permanece R\$ 20.000
- Patrimônio Líquido: aumenta em R\$ 10.000 (lucro)

Novo patrimônio líquido: R\$ 110.000

Equação: R\$ 130.000 = R\$ 20.000 + R\$ 110.000

Esses exemplos ilustram como as transações afetam o patrimônio de forma dinâmica, mantendo sempre o equilíbrio da equação contábil.

Conclusão

A compreensão da estrutura patrimonial e da equação contábil é essencial para interpretar corretamente a posição financeira das entidades. A equação contábil serve como base para a escrituração contábil, para a elaboração das demonstrações financeiras e para a análise do desempenho da empresa.

Saber como as movimentações impactam o ativo, o passivo e o patrimônio líquido permitem identificar a origem e o destino dos recursos, além de avaliar a solvência, a rentabilidade e a saúde econômica de uma organização. Assim, o domínio desses conceitos é imprescindível para profissionais da contabilidade, gestores e todos que atuam com finanças corporativas.

Referências Bibliográficas

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Introdutória*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Introdutória*. São Paulo: Atlas, 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1)*. Disponível em: www.cpc.org.br
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Resolução CFC nº 1.282/10 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*.

Portal
IDEA
.com.br

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E DEMONSTRAÇÕES BÁSICAS

A escrituração contábil representa a base do processo contábil. Ela envolve o registro sistemático e cronológico de todos os fatos administrativos que influenciam o patrimônio das entidades. Por meio da escrituração, é possível acompanhar a evolução das operações empresariais, construir demonstrações contábeis e gerar informações úteis para tomada de decisão, controle e transparência.

Lançamentos Contábeis e Plano de Contas

A escrituração contábil se realiza por meio dos **lançamentos contábeis**, que são registros formais dos fatos administrativos e financeiros que afetam o patrimônio da entidade. Tais registros são feitos com base no método das partidas dobradas, segundo o qual **a cada débito corresponde um crédito de igual valor**, mantendo sempre o equilíbrio da equação patrimonial ($\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$).

Os lançamentos contábeis incluem as seguintes informações:

- Data da ocorrência;
- Conta devedora e credora;
- Histórico (descrição do fato contábil);
- Valor do lançamento;
- Documento suporte (nota fiscal, recibo, contrato etc.).

Exemplo básico de lançamento:

Débito:			Caixa
Crédito:	Receita	de	Vendas
Valor:	R\$		1.000,00
Histórico: Venda de mercadoria à vista			

Esse sistema permite o controle eficaz de todas as transações, desde o recebimento de receitas até o pagamento de obrigações.

O Plano de Contas

Para padronizar e organizar a escrituração, utiliza-se o **plano de contas**, que é uma estrutura sistematizada contendo todas as contas que a entidade utiliza para registrar seus fatos contábeis. Ele é composto por:

- **Contas patrimoniais:** relacionadas ao ativo, passivo e patrimônio líquido;
- **Contas de resultado:** relacionadas às receitas e despesas.

O plano de contas é adaptado à natureza e ao porte da organização, respeitando as normas contábeis aplicáveis, como os pronunciamentos do CPC e as diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Um plano de contas bem estruturado contribui para:

- Uniformidade nos registros;
- Clareza nas demonstrações contábeis;
- Facilidade na análise gerencial;
- Aderência às normas contábeis e fiscais.

Balanco Patrimonial

O **Balanco Patrimonial** é uma das principais demonstrações contábeis obrigatórias. Ele apresenta a **situação patrimonial da entidade em um determinado momento**, evidenciando seus ativos, passivos e o patrimônio líquido. Trata-se de um retrato da posição financeira da empresa em uma data específica, geralmente no encerramento do exercício social.

Estrutura do Balanco Patrimonial

De acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as atualizações promovidas pela Lei nº 11.638/07, o balanço patrimonial divide-se em:

1.

Ativo:

Classificado em:

- **Circulante:** bens e direitos realizáveis no curto prazo (até 12 meses), como caixa, bancos, estoques, contas a receber.
- **Não circulante:** bens e direitos realizáveis no longo prazo, incluindo investimentos, imobilizado e intangível.

2.

Passivo:

Classificado em:

- **Circulante:** obrigações exigíveis no curto prazo (fornecedores, salários a pagar, empréstimos bancários).
- **Não circulante:** obrigações com vencimento superior a 12 meses.

3.

Patrimônio

Líquido:

É a diferença entre o total do ativo e o total do passivo, composto por:

- Capital social;
- Reservas de capital e de lucros;

- Ajustes de avaliação patrimonial;
- Lucros ou prejuízos acumulados.

Importância do Balanço Patrimonial

O balanço permite que os usuários da contabilidade — gestores, investidores, instituições financeiras, órgãos governamentais — avaliem:

- A **liquidez** da empresa (capacidade de pagar suas obrigações);
- O **nível de endividamento** (estrutura de capital);
- A **solidez patrimonial** (valor próprio da entidade);
- A composição e evolução dos **investimentos e financiamentos**.

Além disso, é base para análises financeiras, como a determinação de índices de rentabilidade, solvência e eficiência operacional.

Outras Demonstrações Contábeis Básicas

Embora o foco principal seja o balanço patrimonial, é importante situá-lo entre as **demonstrações contábeis obrigatórias**, conforme estabelecido pela legislação societária e pelos princípios contábeis. As principais são:

- **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):** mostra o desempenho econômico da entidade, evidenciando suas receitas, despesas, lucro ou prejuízo.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** apresenta as entradas e saídas de recursos em caixa, classificadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL):** mostra as variações ocorridas no patrimônio líquido durante o período.

Essas demonstrações, em conjunto com o balanço patrimonial, compõem o sistema de informações contábeis, essenciais para a transparência e controle das organizações.

Conclusão

A escrituração contábil é o alicerce do sistema contábil, viabilizando o registro fidedigno das operações da entidade. O plano de contas, por sua vez, assegura organização e consistência aos registros. A partir desses lançamentos, são elaboradas demonstrações contábeis como o balanço patrimonial, que sintetiza a posição financeira da empresa e fornece elementos fundamentais para sua análise e gestão.

Dominar os mecanismos da escrituração e compreender a estrutura do balanço patrimonial é essencial para contadores, administradores e profissionais envolvidos com gestão de empresas, auditoria, consultoria ou controle interno. A padronização e o rigor técnico desses instrumentos garantem a confiabilidade da informação contábil e a eficiência no processo decisório.

Referências Bibliográficas

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade Societária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Introdutória*. São Paulo: Atlas, 2020.
- LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Técnicos. Disponível em: www.cpc.org.br
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*.

Portal
IDEA
.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma das principais demonstrações contábeis utilizadas pelas entidades empresariais para evidenciar o desempenho econômico de suas atividades ao longo de um período. Trata-se de um relatório dinâmico, que apresenta de forma ordenada as receitas, os custos e as despesas incorridas, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício. A elaboração e divulgação da DRE são exigidas por lei e regulamentadas por normas contábeis nacionais e internacionais.

Conceito e Finalidade

Segundo a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a DRE é uma demonstração obrigatória e deve ser elaborada ao final de cada exercício social. Seu objetivo é apurar o resultado líquido da entidade, identificando as fontes de receitas e os fatores que consumiram recursos durante o período analisado.

A DRE difere do Balanço Patrimonial, que é uma fotografia estática da situação financeira da empresa em uma data específica. Ela se caracteriza por ser **periódica**, abrangendo um intervalo de tempo — geralmente de 12 meses —, e demonstra a **capacidade da empresa de gerar lucros por meio de suas operações**.

Além da obrigatoriedade legal, a DRE é uma ferramenta estratégica de gestão, permitindo que os usuários internos (gestores, administradores) e externos (investidores, credores, governo) avaliem o desempenho econômico da empresa.

Estrutura da DRE

A estrutura básica da DRE está prevista no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os valores são apresentados de forma dedutiva, ou seja, as despesas e os custos são subtraídos das receitas, passo a passo, até se chegar ao resultado líquido.

A seguir, descreve-se a sequência lógica de apuração:

1. **Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços:** valor total faturado pela empresa, sem deduções.
2. **(-) Deduções da Receita Bruta:** devoluções, descontos concedidos, impostos incidentes sobre vendas (ICMS, ISS, PIS, COFINS etc.).
3. **= Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços**
4. **(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) ou dos Serviços Prestados**
5. **= Lucro Bruto**
6. **(-) Despesas Operacionais:** despesas com vendas, administrativas, gerais.
7. **= Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro**
8. **(+/-) Resultado Financeiro:** receitas financeiras menos despesas financeiras.
9. **= Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**
10. **(-) Provisão para IRPJ e CSLL**
11. **= Resultado Líquido do Exercício**

Essa estrutura pode sofrer ajustes conforme o porte da empresa, seu regime de tributação e as exigências normativas (como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis).

Importância da DRE

A DRE é fundamental para diversas análises financeiras e decisões estratégicas. Entre suas principais utilidades destacam-se:

- **Apuração do Lucro ou Prejuízo:** demonstra com clareza se a empresa obteve resultado positivo ou negativo, sendo base para distribuição de dividendos ou compensação de prejuízos.
- **Avaliação da Eficiência Operacional:** a comparação entre o lucro bruto e a receita líquida permite avaliar a eficiência da produção e da precificação.
- **Controle de Custos e Despesas:** possibilita a análise da composição dos gastos da empresa e o monitoramento de áreas que comprometem o desempenho.
- **Tomada de Decisões Gerenciais:** com base na DRE, gestores podem decidir por cortes de custos, investimentos, ajustes de preços ou revisão de estratégias.
- **Apoio ao Planejamento Tributário:** o resultado apresentado na DRE influencia diretamente na base de cálculo de tributos como IRPJ e CSLL.
- **Análise de Risco e Retorno por Investidores:** investidores e analistas utilizam a DRE para calcular indicadores de rentabilidade, como margem líquida, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno sobre ativos (ROA).

Aspectos Técnicos e Cuidados

A elaboração da DRE deve obedecer ao regime de competência, ou seja, as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento. Esse princípio garante que o resultado refletido seja o mais próximo possível da realidade econômica da empresa.

Além disso, os lançamentos que compõem a DRE devem ser baseados em documentação adequada e consistentes com os registros do plano de contas da empresa. A DRE também deve ser comparável com a de períodos anteriores, o que permite acompanhar a evolução do desempenho da empresa ao longo do tempo.

Empresas de capital aberto devem seguir os padrões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com aderência às normas internacionais (IFRS), o que garante maior transparência e confiabilidade à informação.

Exemplificação e Interpretação

Para ilustrar de forma simplificada, considere uma empresa que apresentou os seguintes dados ao final do exercício:

- Receita Bruta: R\$ 500.000
- Deduções: R\$ 50.000
- CMV: R\$ 200.000
- Despesas Operacionais: R\$ 100.000
- Despesas Financeiras: R\$ 20.000
- Receitas Financeiras: R\$ 10.000
- IRPJ e CSLL: R\$ 30.000

A DRE seria composta da seguinte forma:

- Receita Líquida: R\$ 450.000
- (-) CMV: R\$ 200.000
- Lucro Bruto: R\$ 250.000

- (-) Despesas Operacionais: R\$ 100.000
- Resultado Operacional: R\$ 150.000
- (-) Resultado Financeiro: R\$ 10.000 (20.000 - 10.000)
- Resultado Antes dos Impostos: R\$ 140.000
- (-) Impostos: R\$ 30.000
- **Resultado Líquido do Exercício: R\$ 110.000**

Essa sequência reflete como cada componente influencia diretamente no lucro líquido, sendo essencial para análise da rentabilidade da empresa.

Conclusão

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma ferramenta indispensável para avaliar a performance econômica de uma entidade. Mais do que uma exigência legal, a DRE é um instrumento gerencial que fornece informações relevantes para a tomada de decisões estratégicas, a avaliação de desempenho e o planejamento futuro. Sua correta elaboração, análise e interpretação são responsabilidades centrais da contabilidade e da gestão empresarial moderna.

Compreender a estrutura e o conteúdo da DRE permite que profissionais e estudantes da área contábil desenvolvam competências analíticas fundamentais para atuar em ambientes empresariais cada vez mais orientados por dados e resultados.

Referências Bibliográficas

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade Societária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Introdutória*. São Paulo: Atlas, 2019.
- LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Disponível em: www.cpc.org.br

Portal
IDEA
.com.br